



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 267/2022

**INSTITUE O PROGRAMA MUNICIPAL DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL,
QUALIFICAÇÃO E INCLUSÃO
SOCIOPRODUTIVA PARA MULHERES DO
MUNICIPIO DE MARACANAÚ E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ APROVA:

Art. 1º Fica criado o Programa de Formação Profissional, qualificação e inclusão para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade e Violência Doméstica e Familiar, com o objetivo de proporcionar qualificação profissional para as mulheres que vivenciam situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a fim de ampliar as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal e de conquista da autonomia.

§ 1º As mulheres em situação de violência doméstica e familiar devem estar cadastradas nos Serviços Especializados e Rede Sócio-Assistencial próprios do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O Programa deve incluir ações voltadas para o aumento da escolaridade na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, cursos técnicos e profissionalizantes para as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou vítimas de violência doméstica e familiar que não concluíram a Educação Básica.

Art. 2º O Programa de Formação técnico e Profissional para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar se constitui como conjunto de ações que se destinam a:

I – garantir o acesso, através da reserva de vagas em cursos profissionalizantes oferecidos por instituições de ensino formais, públicas ou privadas, à mulher em situação de vulnerabilidade e/ou violência doméstica e familiar;

II – acompanhar a frequência e a participação da mulher em situação de vulnerabilidade e/ou violência doméstica e familiar durante o curso profissionalizante; e



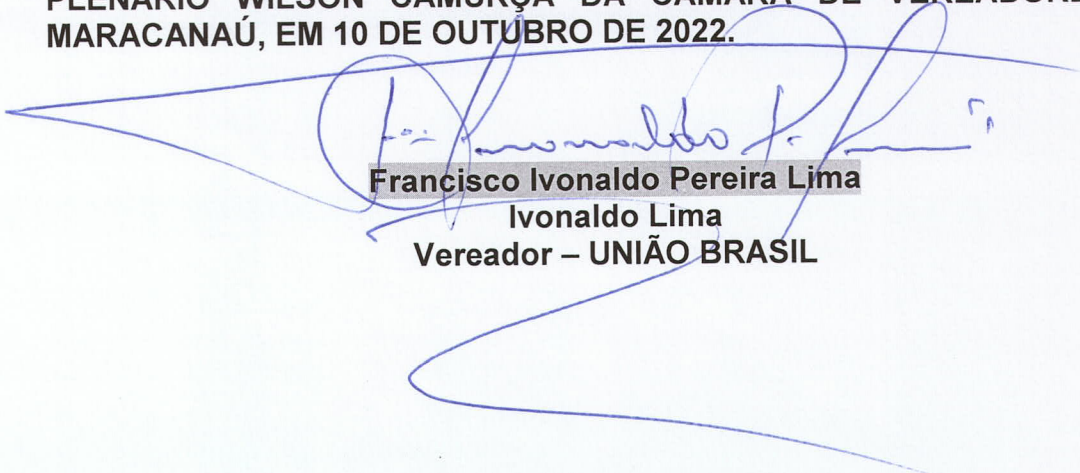
ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei considera que a formação profissional é um passo fundamental para o acesso a trabalho e renda, o que por sua vez é um dos passos rumo à autonomia financeira e emocional das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A instituição desse programa permite que muitas mulheres que estão em situação de violência possam fortalecer sua autonomia econômica, uma vez que muitas mulheres são financeiramente dependentes de seus agressores.

O Programa de Formação Profissional para Mulheres em Situação de vulnerabilidade e/ou de Violência Doméstica e Familiar tem por objetivo oportunizar uma capacitação profissional para todas as mulheres pelos serviços especializados da prefeitura.

PLENÁRIO WILSON CAMURÇA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MARACANAÚ, EM 10 DE OUTUBRO DE 2022.


Francisco Ivonaldo Pereira Lima
Ivonaldo Lima
Vereador – UNIÃO BRASIL



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

III – assegurar os meios de permanência da mulher em situação de vulnerabilidade e/ou violência doméstica e familiar no curso técnico e profissionalizante.

Parágrafo primeiro. O poder executivo oferecera os seguintes cursos: corte e costura, modelista, auxiliar de manutenção predial, manicure, auxiliar de eletricitista, panificação, confeitiro, empreendedorismo, artesanato, tapeçaria, técnico em enfermagem, técnico em higiene bucal, técnico em laboratório de análises clínico, técnico em administração.

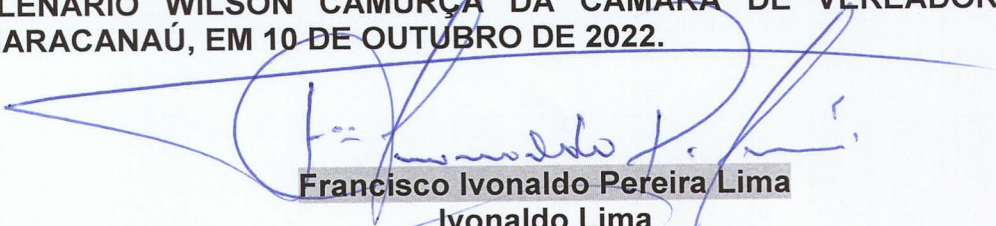
Art. 3º Para a consecução das ações previstas no art. 2º fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contratos, convênios, termos de parceria ou instrumento similar com instituições de ensino formais, de caráter público ou privado.

Art. 4º Os cursos técnicos e profissionalizantes das instituições de ensino formais, de caráter público ou privado, devem conferir certificação compatível às exigências de qualificação do mercado de trabalho e estarem de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), nos termos definidos pelo Guia Pronatec de Cursos FIC - 4ª edição de 2016, aprovado pela Portaria nº 12/2016 do Ministério da Educação, e pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - 4ª edição - março de 2021, ou outros dispositivos/outras edições que os substituam.

Art. 5º Fica autorizado órgão competente do Poder Executivo a regulamentar os procedimentos normativos para a plena execução do Programa de Formação Profissional para Mulheres em Situação de vulnerabilidade e/ou Violência Doméstica e Familiar.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após sessenta dias da data de sua publicação.

PLENÁRIO WILSON CAMURÇA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MARACANAÚ, EM 10 DE OUTUBRO DE 2022.


Francisco Ivonaldo Pereira Lima
Ivonaldo Lima
Vereador – UNIÃO BRASIL